



URBANIDADES LIMINARES:

conflito, alteridade e tessitura nas margens das cidades

Thaís Troncon Rosa (PPGAU - FAUFBA)

Cibele Saliba Rizek (PPGAU IAU - USP)

RESUMO GERAL

Tomando como referência empírica as transformações ocorridas nas cidades brasileiras nas últimas décadas, esta sessão livre propõe tensionar, a partir de práticas políticas, investigações etnográficas e explorações teóricas algumas dimensões referentes à perspectiva *totalizante* de “cidade” que orienta, historicamente, abordagens dicotômicas que seguem encarando as diversas dinâmicas socioespaciais e territorialidades não hegemônicas como o “avesso da cidade”, legitimando intervenções e violências de toda ordem.

Desafios, conflitos, lutas identitárias, disputas por reconhecimento, violências e violência de Estado decompõem e recompõem formas de sociabilidade, redesenham territórios e espaços para além de qualquer binaridade, exigindo um esforço de inteligência que permita compreender esses processos tomando a cidade e a vida urbana como plano de referência. Buscando apreender formas mais complexas desse desenho das desigualdades no espaço urbano para além de categorias auto-explicativas (como segregação ou exclusão) e sob a perspectiva de que há dinâmicas socioespaciais, produzindo e disputando cotidianamente a cidade, o Estado e a política a partir das margens (Das e Poole, 2004; Agier, 2011) e, portanto, deslocando-as continuamente, esta sessão propõe refletir sobre um modo de interrogar o espaço urbano contemporâneo a partir, simultaneamente, de sua capacidade de aproximar e de seu efeito de discriminar e distanciar (Joseph, 1999): uma abordagem das margens socioespaciais a partir dos cruzamentos, tensionamentos, deslocamentos, mediações e disputas que elas ensejam.

As reflexões aqui reunidas recusam-se a pensar as margens na chave da ausência ou da exclusão, pensando-as relacionalmente e em perspectiva multiescalar: são encaradas em sua relação intrínseca com o “centro”, são os “supostos necessários” do Estado, da sociedade, da cidade. Em que pese sua proliferação no mundo contemporâneo, as margens são reiteradamente invisibilizadas, deslegitimadas ou criminalizadas nas narrativas de modernização que delineiam historicamente o Estado e suas territorializações. Pesquisas recentes propõem, em contraponto, repensar criticamente o Estado, a política - e as cidades - a partir de suas margens, refletindo sobre as relações entre as políticas estatais de regulação e disciplinamento e as práticas e políticas de vida nas margens (Das e Poole, 2004). As margens são pensadas não como espaço periférico, lugar-fora estático, mas como



dinâmicas que perpassam e atravessam distintas escalas, tempos e espaços, num permanente jogo dentro/fora.

Considerando a relação entre violência e funções ordenadoras do Estado como questão-chave para a reflexão sobre as margens, em que a patologização ou criminalização de populações, corpos, práticas e territórios-alvos dos paradigmas desenvolvimentistas/modernizadores – se faz *modus operandi* da relação Estado-margens, se evidencia outro aspecto importante para a abordagem que aqui delineamos: as margens não são inertes, são instituintes de diferentes modos de ação política, de formas locais de pluralidade legal, econômica e cultural, de racionalidades e normatividades outras. As margens, portanto, estariam permanente e cotidianamente tensionando e disputando o Estado, a política, as cidades, para além dos momentos críticos e eventuais de resistência.

Não se pretende afirmar, com isso, a inexistência de fronteiras socioespaciais a delimitar os territórios, os processos e as experiências em foco. Mas propomos, aqui, articular a noção de margens à dimensão do “limiar”. Límiares sugerem relações, passagens, transições - noções que pertencem às ordens do espaço, mas também do tempo. É dessa perspectiva que Walter Benjamin propõe uma rigorosa diferenciação entre fronteira e limiar: mais do que conter e manter, delimitar e separar (como o faz a fronteira), o limiar se configuraria como uma zona de transição, não estritamente definida, remetendo a fluxos e contrafluxos, lugares e tempos indeterminados e de extensão indefinida, “um entre, uma zona cinzenta que funde categorias e mistura oposições” (Rizek, 2012). Situam-se entre a possibilidade de um futuro em aberto - “zonas de transição” - e o achatamento gestionário da vida - “zonas de detenção”: estas últimas corresponderiam ao progressivo encolhimento da potência contida nas transições, nos límiares e nas experiências a eles atrelados, tornando-se uma caricatura de si mesmo, lugar de permanência, de paralisia, e não mais de passagem e transição.

Antonio Arantes (2000), refletindo sobre as cidades contemporâneas brasileiras, propõe a noção de “zonas límiares”: lugares sociais conformados por uma diversidade de categorias e sujeitos sociais, territorialidades e sociabilidades que se superpõem e se entrecruzam de modo complexo, não apenas no espaço, mas também no tempo. Essas zonas resultariam de referenciais de tempo-espaço “produzidos nos conflitos e sociabilidades chamadas marginais”. Ou, nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro (2010) a criação de “instáveis territorialidades” em meio (ou por sobre) políticas urbanas excludentes e sua materialidade na cidade, as quais se associam à emergência de relações e tensionamentos entre diferentes racionalidades, normatividades e territorialidades nas cidades contemporâneas.

Não se trata, obviamente, de ignorar as múltiplas violências - físicas e simbólicas - que incidem sobre tais zonas, práticas e corpos que conformam o que vimos denominando “urbanidades límiares”, dentre as quais destacam-se políticas e gestões, práticas de planejamento e policiamento e suas reiteradas tentativas de normatização e de conversão de límiares em fronteiras, cuja “transposição sem acordo prévio ou sem controle regrado significa uma transgressão, interpretada no mais das vezes como uma agressão potencial” (Gagnebin, 2014). Entretanto, essas “instáveis territorialidades” ou “zonas límiares” (e os corpos e práticas que as conformam), ao abrigarem disputas e conflitos constitutivos da



dinâmica urbana contemporânea, guardariam uma dimensão potencial, que residiria na possibilidade de dar novas conotações materiais e imateriais ao suposto esvaziamento do espaço público.

É nesse sentido que os trabalhos reunidos nesta sessão se propõem a dialogar sobre as cidades e o urbanismo contemporâneos. Cibele Rizek discute, desde pesquisas etnográficas, acerca da construção de novos diagramas de inteligibilidade sobre espaços onde o ordenamento urbano estaria em disputa, uma vez que as matrizes teóricas fundadoras de uma sociologia urbana no Brasil já não seriam suficientes para apreender e nomear um conjunto de novos processos que constituem as cidades contemporâneas. Thaís Rosa pretende refletir sobre dinâmicas de produção de cidades e urbanidades em curso no país nas últimas décadas, a partir de investigação de trajetórias urbanas de mulheres em busca de moradia, evidenciando não apenas seus atravessamentos por políticas e gestões, mas, sobretudo, o estabelecimento de outros “regimes de urbanidade” e seus tensionamentos cotidianos na tessitura da cidade desde suas margens. Adriana Fernandes se propõe a etnografar os modos como sujeitos situados nas margens (moradores de ocupações, usuários de abrigos e familiares de um movimento contra a violência estatal) se apropriam de políticas da assistência, da saúde, de dispositivos jurídicos, de projetos do terceiro setor ou de movimentos sociais, de maneira a reclamar o seu protagonismo a partir de outros repertórios de enunciados, disputas e alianças na cidade. Rossana Tavares apresenta reflexões sobre sua experiência como assessora da vereadora Marielle Franco, assassinada brutalmente em março de 2018, para relatar caminhos e resistências formuladas pela mandata no parlamento carioca, que revelam disputas normativas, a partir de espaços urbanos e práticas marginais, e pressões para perpetuação de lógicas neoliberais de produção da cidade e territorialização da pobreza. Leo Name apresenta a noção aimará de *Suma Qamaña/Buen Vivir* com vistas a demonstrar sua potência enquanto proposição utópica da filosofia andina que, disputando imaginários de vida em comum, desestabiliza os dualismos direcionados à cidade e o urbanismo neoliberal como pensamento único.

Há ainda, nas comunicações aqui reunidas, uma reflexão sobre o lugar do pensamento crítico, sobretudo no que tange à atenção também aos limiões disciplinares, e às alteridades inerentes à produção das cidades e às disputas aí implicadas. Trata-se, portanto, de reflexões que implicam uma posição, a um só tempo, epistemológica e política, trazendo conflitos, alteridades, margens para o centro da análise e demandando à produção de conhecimento sobre as cidades uma perspectiva relacional, a qual a noção de “limiar” parece necessariamente invocar.

LEITURAS DA EXPERIÊNCIA URBANA: o olhar e as lentes

Cibele Saliba Rizek (PPGAU – IAU USP/PPGS - UFSCar)

Pretende-se mapear, pela apreensão de resultados anteriores de pesquisa e por meio de novas incursões etnográficas, as transformações e deslocamentos que vêm alterando práticas e relações de sociabilidade e seus pontos de aglutinação territorial nos lugares reconhecidos como periferias e em espaços onde o ordenamento urbano estaria em disputa. Esse mapeamento se desdobra na construção de novos diagramas de inteligibilidade em diálogo com as matrizes teóricas clássicas, tal como foram formuladas no esforço de uma



geração de pesquisadores que teria dado “régua e compasso” para a fundação de uma sociologia urbana no Brasil. Essa sociologia, em diálogo com um conjunto de outros estudos urbanos, constituiu uma forma de leitura e compreensão das cidades que parece em parte esgotada por processos econômicos, formas de governo, pelo conjunto das relações assimétricas de dominação, bem como por um mosaico de novas práticas e relações, expressões de resistência e repertórios de luta, como se espera explicitar. Os deslocamentos e inflexões que se produziram impõem, assim, um conjunto de novos processos, impossíveis de apreensão e nomeação a partir da trama conceitual que, ancorada nas últimas décadas do século XX, constituíram as matrizes de leitura da cidade e de seus territórios.

DISPUTANDO E TECENDO A CIDADE EM SUAS MARGENS: trajetórias urbanas de mulheres em busca de moradia

Thaís Troncon Rosa (PPGAU – FAUFBA)

Esta comunicação apresenta desdobramentos analíticos de investigações de trajetórias urbanas de mulheres em "situações periféricas", refletindo sobre os nexos entre mobilidades socioespaciais, deslocamentos habitacionais, redes de relações e políticas urbanas nos processos de produção de cidade e urbanidade em curso no país nas últimas décadas. Tomando a moradia como elemento heurístico privilegiado, enfoca a relação de tensão e complementaridade entre o lugar da casa nessas trajetórias urbanas e os múltiplos trânsitos e disputas que as configuram: de um lado, as dimensões de territorialização e fixação presentes na concepção mesma de moradia, e, historicamente, nas políticas habitacionais (e sociais) no país; de outro, as incertezas e instabilidades que conformam as trajetórias investigadas, que delineiam concepções bastante plásticas de moradia e cidade. A dimensão de gênero se mostrou inescapável a tais investigações: os deslocamentos habitacionais e as múltiplas violências envolvidas numa contínua busca por moradia conectam todas as trajetórias femininas investigadas. Nesse sentido, permitem evidenciar não apenas seus atravessamentos por políticas urbanas, habitacionais e sociais, mas, sobretudo, o estabelecimento de algumas dinâmicas socioespaciais situadas e instituintes de outros “regimes de urbanidade”, que tensionam permanentemente as normatividades inerentes a tais políticas e aos espaços urbanos que tentam delimitar, e têm na tessitura de vizinhanças e nas redes de relações suas principais ancoragens.

VULNERABILIDADES E FORMAS A CONTRAPELO NA CIDADE

Adriana Fernandes (PPCIS/UERJ-Faperj)

Ao acompanhar pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade - moradores de ocupação, usuários de abrigos e mais recentemente, familiares que participam de um movimento contra a violência policial - tenho procurado entender como as formas de circular pela cidade, acessar políticas se constituem como modos minoritários e em disputa sobre a própria produção da cidade, da política e do Estado. Em meio a dilemas entre subsistir materialmente, ser convocado para ser incluído em dispositivos governamentais e do terceiro setor específicos à moradia, saúde, assistência social ou do judiciário, impõe



dilemas e contradições. Por outro lado, ao transitar por este circuito de movimentos e dispositivos, caracterizado pela busca por direitos, por visibilidade e escuta no espaço público, outra condição de sujeito político e de formação de diferentes subjetividades políticas despontam. Nessa comunicação desejo explorar esses modos de habitar a cidade na precariedade, por movimentos, dispositivos governamentais e do terceiro setor, onde as condições de ilegitimidade e de violência informam o cotidiano, não impedindo, todavia, mesmo num contexto de neoliberalismo autoritário, que modos de subjetivação incidam a contrapelo no desenho da cidade e sobre os regimes de governo dos pobres.

INSTÁVEIS TERRITORIALIDADES E A POTÊNCIA DE UM CORPO EM ALIANÇA: políticas urbanas excludentes e disputas a partir da mandata Marielle Franco

Rossana Brandão Tavares (EAU/UFF; Unigranrio)

A proposta tem como objetivo apresentar reflexões sobre a experiência no parlamento carioca, a partir da Mandata Marielle Franco, em relação às políticas urbanas excludentes em jogo, com intuito evidente de apartação social. Nos termos de Ana Clara Ribeiro (2013), frente às instáveis territorialidades buscamos encontrar brechas, fraturas e passagens. É a partir dessa possibilidade percebida, objetiva e subjetivamente, que procuramos estabelecer caminhos e resistências para novas práticas políticas diante das disputas e conflitos expressos na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Não nos privamos do sentido “eu-nós” (ELIAS, 1994) e do “eu sou porque nós somos” (ou Ubuntu nas línguas xhosa e zulu), que evoca a interdependência como princípio e se opõe ao individualismo nos termos neoliberais (BUTLER, 2018). Consciente do papel simbólico da sua presença e da disputa de narrativas sobre a cidade naquela casa legislativa, Marielle Franco buscou questionar normativas a partir de espaços urbanos e práticas marginais como as favelas e a economia solidária. Tentaram silenciar seu corpo feminino e negro, legítimo de experiências urbanas que enlaçava energias sociais de resistência, mas não contavam com sua potência. Por isso, esta apresentação pretende ser um pequeno instrumento de ampliação de sua voz que não será interrompida.

SUMA QAMAÑA: utopia do *Buen Vivir* na cidade

Leo Name (CAU - UNILA)

A expressão aimará *Suma Qamaña*, (mal) traduzida para o castelhano como *Buen Vivir*, foi incluída na nova constituição da Bolívia (2009) para designá-la estado plurinacional – concedendo uma vitória, ao menos no plano jurídico, às lutas identitárias de populações indígenas contra a violência de Estado. Seguindo a epistemologia decolonial para trazer as margens para o centro do debate, analisarei as dimensões espaciotemporais do *Suma Qamaña/Buen Vivir*, compreendendo-o como proposição utópica: com base em cosmovisões andinas a respeito de relações – jamais dicotômicas – entre cidade (*Marka*), natureza (*Pachamama*) e território (*Qullana*). Tal deslocamento epistêmico redefine utopias e utopismos urbanos, não mais entendidos como criações exclusivamente ocidentais. Como tentarei demonstrar, o *Suma Qamaña/Buen Vivir* expressa-se na justaposição entre



representações de estabilidade social determinadas pelo espaço e representações sobre devires históricos abertos e inconclusivos. Ativa, outrossim, conjuntos de símbolos e narrativas sobre um presente que se torna tão mais harmônico quanto mais distante das recorrentes projeções de futuro desejosas do desenvolvimento. Também valoriza a coexistência de distintas territorialidades e borra dualismos – rural/urbano, tempo/espaço, espiritual/material. Inexoravelmente, portanto, é questionamento à cidade ocidental como lugar de civilização e êxito e, em última instância, ao urbanismo neoliberal vigente.